

Grande Sertão II

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria societária

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“demonstrações financeiras societárias”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 6 de março de 2026, que contém opinião sem modificação.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTÃO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	7	1.078	36	Fornecedores	11	46.130	3.680
Títulos e valores mobiliários	8	45.278	75.487	Debêntures	13	299.692	-
Despesas antecipadas		202	44	Impostos e contribuições a recolher		889	822
Tributos a recuperar		4.695	1.317	Dividendos		24.438	2.273
Outros ativos circulantes		2.042	1.647	Arrendamento imobiliário		285	-
		<u>53.295</u>	<u>78.531</u>	Outros passivos circulantes		<u>6.831</u>	<u>1.744</u>
						<u>378.265</u>	<u>8.519</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Despesas antecipadas		690	93	Capital social	14	159.913	77.281
Tributos a recuperar		4.139	-	Reserva legal		5.624	479
Tributos diferidos	12.a)	6.313	71	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	29.027
Imobilizado	9	436.049	34.145	Reserva especial		2.273	-
Intangível	10	488	146	Prejuízo acumulado		(45.101)	(2.320)
		<u>447.679</u>	<u>34.455</u>			<u>122.709</u>	<u>104.467</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>500.974</u>	<u>112.986</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>500.974</u>	<u>112.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRANDE SERTÃO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
DESPESAS OPERACIONAIS	15	(8.061)	(2.315)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(8.061)</u>	<u>(2.315)</u>
Receita financeira		22.509	3.145
Despesa financeira		(33.888)	(10)
RESULTADO FINANCEIRO	16	<u>(11.379)</u>	<u>3.135</u>
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(19.440)</u>	<u>820</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.b)	-	(459)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b)	6.242	71
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>(13.198)</u>	<u>432</u>
RESULTADO POR AÇÃO		(0,083)	0,004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRANDE SERTÃO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO	(13.198)	432
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(13.198)</u>	<u>432</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRANDE SERTÃO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Reserva especial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		102.858	-	-	-	-	-	-	102.858
Capital a integralizar		-	(25.577)	-	-	-	-	-	(25.577)
Recebimento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	29.027	-	29.027
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	432	432
Destinação de lucro:									
Constituição de reserva legal		-	-	479	-	-	-	(479)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(2.273)	(2.273)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>102.858</u>	<u>(25.577)</u>	<u>479</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.027</u>	<u>(2.320)</u>	<u>104.467</u>
Integralização de capital	14.a	57.055	25.577	-	-	-	(29.027)	-	53.605
Reserva especial	14.a	-	-	-	-	2.273	-	-	2.273
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(13.198)	(13.198)
Destinação de lucro:									
Constituição de reserva legal	14.d.1)	-	-	5.145	-	-	-	(5.145)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d.2)	-	-	-	-	-	-	(24.438)	(24.438)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	14	<u>159.913</u>	<u>-</u>	<u>5.624</u>	<u>-</u>	<u>2.273</u>	<u>-</u>	<u>(45.101)</u>	<u>122.709</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRANDE SERTÃO II TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo do exercício		(13.198)	432
Ajustes:			
Depreciação do imobilizado		290	46
Amortização do intangível		66	12
Baixa de imobilizado		5	-
Depreciação de arrendamento por direito de uso		249	-
Juros e atualização sobre debêntures		29.252	-
Amortização do custo de captação sobre debêntures		4.559	-
IR e CS diferidos	12.b)	6.242	388
Rendimento de títulos e valores mobiliários	16	(23.599)	(3.298)
		3.866	(2.420)
Variações nos ativos e passivos:			
Tributos diferidos		(6.242)	(71)
Impostos a recuperar		(7.517)	(1.317)
Despesas antecipadas		(755)	(44)
Outros créditos		(393)	(1.740)
Fornecedores	11	42.450	3.680
Tributos e contribuições sociais a recolher		(4.751)	855
Tributos pagos		(1.423)	(421)
Outros passivos		5.087	1.744
Caixa líquido proveniente e (aplicado) das atividades operacionais		30.322	266
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(402.857)	(34.349)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(688.829)	(160.461)
Resgate em títulos e valores mobiliários		742.635	88.272
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(349.051)	(106.538)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		285	-
Integralização de capital	14.a)	53.605	77.281
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.b)	-	29.027
Emissão de debêntures		275.000	-
Custo de captação sobre debêntures		(9.119)	-
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento		319.771	106.308
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.042	36
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		36	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.078	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GRANDE SERTÃO II TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão II Transmissora de Energia S.A. (“Grande Sertão II” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de abril de 2023.

Em 28 de março de 2024, o Fundo de Investimentos em Participações Development Fund Warehouse, foi vencedor do Lote 6 da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Esse projeto é formado por quatro linhas de transmissão de 500 kV, ampliação de duas subestações e duas novas a serem construídas, localizados nos seguintes estados: Bahia e Minas Gerais.

O projeto da Linha de Transmissão é a expansão do sistema de transmissão da área sul da Região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo para fazer frente à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de empreendimentos de geração renovável na região, com destaque para as usinas eólicas e solares.

O Contrato de Concessão nº 07/2024-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 6 do Edital da 1ª Etapa do Leilão 01/2024 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 28 de junho de 2024 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até junho de 2054. A data prevista no contrato de concessão para entrada em operação comercial das instalações de transmissão é 30 de dezembro de 2029.

Em 14 de novembro de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 1.677, concedendo a sociedade a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Em 6 de agosto de 2025, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia o Ato Concessivo, através das Resoluções nº 118/2025 e nº 123/2025, permitindo que a sociedade esteja no programa de benefício fiscal no estado da Bahia (PROBAHIA). Este benefício proporciona a redução de 40% (quarenta por cento) da base de cálculo do ICMS nas entradas decorrentes de importação do exterior e nas aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens, partes, peças, cabos, máquinas, equipamentos e sobressalentes.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de R\$2,6 bilhões para a construção do empreendimento ao longo dos próximos três anos. A construção da linha de transmissão será realizada com mão de obra própria, garantindo maior controle sobre prazos e qualidade.

Os principais contratos essenciais para a implementação do projeto já foram formalizados com os fornecedores. Entre os principais acordos firmados, destaca-se o contrato com a Andritz Hydro Ltda., responsável pelo fornecimento do compensador síncrono para a Subestação de São João do Paraíso, a Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil S.A., para o fornecimento de cabos de alumínio e, Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., para o fornecimento de estruturas metálicas.

Todos os contratos incluem garantias para assegurar a entrega do empreendimento dentro dos prazos e custos acordados. A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$284,3 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023). A RAP prevista atualizada com referência dezembro de 2025, estimada em R\$304,3 milhões.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia pretende financiar a construção do projeto com recursos de seus acionistas e com empréstimos a serem captados junto a terceiros (mercado de capitais e/ou Bancos de fomento). No período, a Companhia realizou captação por meio de emissão de debêntures de curto prazo, caracterizadas como instrumento de financiamento temporário (empréstimo-ponte). Em função deste fato em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$324.970 mil, onde, está prevista a estruturação de financiamento de longo prazo no exercício, cujos recursos serão destinados à liquidação integral da dívida de curto prazo atualmente vigente e ao financiamento da conclusão total do projeto. O acionista se compromete a dar todo suporte financeiro a Companhia para finalização do projeto.

2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

“A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.”

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base tributária para apuração fiscal corrente, o valor dos dividendos e da reserva legal é o lucro apurado de acordo com as práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas notas explicativas nº 3.1 a nº 3.9, nas páginas 10 a 14, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

4.1.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.1.2. Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

4.3. Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

4.4. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Não ocorreram alterações e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis em vigor que resultassem em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 2025.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 40/IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	01/01/2027

A Companhia aguardará a orientação da ANEEL para avaliar se as respectivas normas serão aderidas ao MCSE.

Não há outras normas e interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Perda (“Impairment”) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Caso ocorra, os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para “impairment” tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

5.2. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(I) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

6.5. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

		2025			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário atual	Cenário II
	Títulos e valores mobiliários	45.278	4.867	6.490	8.112
CDI %	Debêntures	299.692	32.216	42.954	53.693
		2024			
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário atual	Cenário II
	Títulos e valores mobiliários	75.487	6.164	8.219	10.274

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	4	2
Banco	1.074	34
	<u>1.078</u>	<u>36</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	45.268	74.891
Cédula do Produto Rural - CPR	10	596
	<u>45.278</u>	<u>75.487</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e Cédula do Produto Rural - CPR, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e vencimento maior que 90 dias.

9. IMOBILIZADO

Imobilizado - R\$ mil

	<u>Valor líquido</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Valor Bruto</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Adições</u> <u>líquidas</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Valor líquido</u> <u>31/12/2025</u>
<u>Ativo imobilizado em serviço</u>							
Administração							
Edificações, obras civis e benfeitorias							
	359	984	-	1.343	984	(334)	1.009
Móveis e utensílios							
	522	899	-	1.420	899	(54)	1.367
Máquinas e equipamentos							
	481	1.003	(6)	1.479	997	(150)	1.329
Subtotal	<u>1.362</u>	<u>2.886</u>	<u>(6)</u>	<u>4.242</u>	<u>2.880</u>	<u>(538)</u>	<u>3.704</u>
<u>Ativo imobilizado em curso</u>							
Transmissão							
Edificações, obras civis e benfeitorias							
	-	4.392	-	4.392	4.392	-	4.392
Móveis e utensílios							
	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos							
	2.600	32.412	-	35.012	32.412	-	35.012
Outros							
	30.175	362.674	-	392.850	362.674	-	392.850
<u>Administração</u>							
Edificações, obras civis e benfeitorias							
	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios							
	8	-	-	8	-	-	8
Máquinas e equipamentos							
	-	84	-	84	84	-	84
Subtotal	<u>32.783</u>	<u>399.562</u>	<u>-</u>	<u>432.345</u>	<u>399.563</u>	<u>-</u>	<u>432.345</u>
Total do ativo imobilizado	<u>34.145</u>	<u>402.448</u>	<u>(6)</u>	<u>436.587</u>	<u>402.442</u>	<u>(538)</u>	<u>436.049</u>

		<u>2025</u>		
	<u>Taxas anuais médias de</u> <u>depreciação %</u>	<u>Bruto</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
<u>Em serviço</u>				
Administração				
Custo histórico	20,00%	4.242	(538)	3.704
		<u>4.242</u>	<u>(538)</u>	<u>3.704</u>
<u>Em curso</u>				
Transmissão				
		432.253	-	432.253
Administração				
		92	-	92
		<u>432.345</u>	<u>-</u>	<u>432.345</u>
		<u>436.587</u>	<u>(538)</u>	<u>436.049</u>

	Taxas anuais médias de depreciação %	2024		
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<u>Em serviço</u>				
Administração				
Custo histórico	20,00%	1.408	(46)	1.362
		<u>1.408</u>	<u>(46)</u>	<u>1.362</u>
<u>Em curso</u>				
Transmissão		32.775	-	32.775
Administração		8	-	8
		<u>32.783</u>	<u>-</u>	<u>32.783</u>
		<u>34.191</u>	<u>(46)</u>	<u>34.145</u>

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ mil

	Saldo 31/12/2024	Material/ Equipamentos	Serviço de Terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
<u>Em curso</u>						
Edificações obras civis e benfeitorias	-	2.291	-	-	-	2.291
Máquinas e equipamentos	2.600	2.945	-	-	-	5.545
A ratear	13.190	4.192	47.780	24.913	7.432	97.507
Adiantamentos a fornecedores	1.148	251.868	-	-	-	253.016
Desenvolvimento do projeto	4.971	-	7.485	-	-	12.456
Outros	10.874	22.484	27.011	2.558	1.397	61.530
Total do imobilizado em curso	<u>32.783</u>	<u>283.780</u>	<u>82.276</u>	<u>27.471</u>	<u>6.035</u>	<u>432.345</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica vinculados a estes serviços, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que os produtos das alienações sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. INTANGÍVEL

Ativo intangível - R\$ mil

	2024	Adições	Valor Bruto 31/12/2025	Adições líquidas	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2025
<u>Em serviço</u>						
Administração:						
Softwares	146	398	544	398	(66)	477
Total do ativo intangível	<u>146</u>	<u>398</u>	<u>544</u>	<u>398</u>	<u>(66)</u>	<u>477</u>
<u>Ativo Intangível em curso</u>						
Transmissão:						
Servidões	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	11	11	-	-	11
Subtotal	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Total do ativo intangível	<u>146</u>	<u>409</u>	<u>555</u>	<u>398</u>	<u>(66)</u>	<u>488</u>

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2025		
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
<u>Em serviço</u>				
Administração:				
Softwares	20%	544	(66)	477
		<u>544</u>	<u>(66)</u>	<u>477</u>
<u>Em curso - R\$ mil</u>				
Administração:				
Software		11	-	11
		<u>11</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
		<u>555</u>	<u>(66)</u>	<u>488</u>

Ativo intangível - R\$ mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	2024		
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
<u>Em serviço</u>				
Administração:				
Softwares	20%	158	(12)	146
		<u>158</u>	<u>(12)</u>	<u>146</u>

11. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Belgo Bekaert	17.344	-
Sae Towers	15.204	-
HP Terraplenagens	1.041	-
Andritz	-	1.615
Ambientare	-	1.015
Mapasgeo	-	284
L Meng	-	179
Andritz Construções	-	169
Tractebel	-	62
Fluxo	73	51
Outros	12.468	305
	<u>46.130</u>	<u>3.680</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Diferido ativo</u>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	4.452	-
Bases negativas de contribuição social	1.649	-
Diferença temporária - IRPJ	87	18
Diferença temporária - CSLL	125	53
	<u>6.313</u>	<u>71</u>

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição de diferenças temporárias da Companhia.

b) Efeitos no resultado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(19.440)	820
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	(6.610)	279
Bônus e gratificações	368	110
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	460
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(6.242)</u>	<u>(71)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(6.242)</u>	<u>389</u>

13. DEBÊNTURES

<u>Moeda nacional</u>	<u>Taxa anual de juros a.a.</u>	<u>31/12/2025</u>
Debêntures	CDI + 1,60%	299.692
Principal		275.000
Juros		29.252
Custo de captação		(4.560)
Circulante		<u>299.692</u>

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

<u>Debêntures</u>	<u>Principal</u>	<u>Amortização</u>		<u>31/12/2025</u>
		<u>Custo de Captação</u>	<u>Juros</u>	
Debêntures - GSEB11	275.000	-	29.252	304.252
Custo de Captação	<u>(9.119)</u>	<u>4.559</u>	-	<u>(4.560)</u>
Total	<u>265.881</u>	<u>4.559</u>	<u>29.252</u>	<u>299.692</u>

Em 01 de abril de 2025, a Grande Sertão II, concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória. Os recursos são destinados exclusivamente à implantação do projeto de transmissão (LT 500 kV Jussiape - São João do Paraíso C1 e C2, CS; LT 500 kV São João do Paraíso - Capelinha 3 C1, CS; LT 500 kV Capelinha 3 - Itabira 5 C1, CS; Trechos de LT 500 kV entre a SE Jussiape e o seccionamento da LT 500 kV Igaporã III - Ibicoara C1; SE 500 kV Jussiape; SE 500 kV São João do Paraíso e Compensação Síncrona (-200/+300) Mvar), conforme o Leilão ANEEL 01/2024.

O valor total de captação previsto na Escritura é de R\$650.000, até a data de encerramento do exercício, apenas a 1ª série foi integralizada, totalizando um aporte inicial de R\$275.000. A 2ª e 3ª séries permanecem disponíveis para subscrição futura. A remuneração das mesmas está atrelada ao indexador CDI + 1,60% a.a., com vencimento em outubro/2026. Essas debêntures não possuem cláusulas de repactuação e não são conversíveis em ações.

O contrato das debêntures possui cláusulas restritivas não financeiras, que em 31 de dezembro de 2025 estão sendo atendidas pela Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro 2025 é de R\$159.913 (em 2024 - R\$102.858) representado por 159.913 ações ordinárias (em 2024 - 52.458 ações ordinárias e 50.400 ações preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

No exercício de 2025 foi subscrito e integralizado o montante de R\$53.605.

Em fevereiro de 2025, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações passando a ser apresentado da seguinte forma:

	2025		
	Quantidade de ações ordinárias	Participação %	
Grande Sertão Participações S.A.	159.913	100	
	<u>159.913</u>	<u>100</u>	
	2024		
	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Participação %
FI em Participações Development Fund Warehouse-Multiestratégia	52.458	-	51
Grande Sertão Participações S.A.	-	50.400	49
	<u>52.458</u>	<u>50.400</u>	<u>100</u>

b) Recursos destinados a aumento de capital

Em 28 de fevereiro de 2025, mediante realização de assembleia geral extraordinária, a Companhia efetuou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital firmado em 26 de novembro de 2024, de forma irrevogável e irretroatável, o montante de R\$29.027.

c) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

d) Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, e reserva especial:

d.1) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com base no resultado de R\$102.897 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia destinou o valor de R\$5.145, como reserva legal. Nas demonstrações regulatórias esta reserva, foi registrada em prejuízos acumulados do exercício.

d.2) Dividendos propostos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

Com base no resultado de R\$102.897 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$24.438. Nas demonstrações regulatórias este dividendo, foi registrado em prejuízos acumulados do exercício.

d.3) Reserva especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Reversão de provisão de dividendos mínimos obrigatórios foram realizadas as seguintes deliberações:

- Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2025 deliberando a reversão do valor de R\$2.273 de dividendos mínimos obrigatórios de 2024.

15. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(4.714)	(996)
Administradores	(1.574)	(626)
Material	(293)	(97)
Serviços de terceiros	(4.049)	(495)
Aluguéis	(418)	(35)
Seguros	(12)	(3)
Tributos	(41)	(5)
Depreciação	(356)	(58)
(-) Recuperação despesas (*)	3.396	-
	<u>(8.061)</u>	<u>(2.315)</u>

(*) Transação efetuada por meio de termo de indenização, efetuado entre BTG Holding e Grande Sertão II, pela reestruturação operacionais.

16. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:		
Tarifas bancárias	(10)	(1)
Juros e atualização s/ debêntures	(29.252)	-
Custo de captação debentures e outros	(4.626)	(9)
	<u>(33.888)</u>	<u>(10)</u>

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação	23.599	3.298
Outras receitas financeiras	7	-
(-) Tributos Receita Financeira	<u>(1.098)</u>	<u>(153)</u>
	22.508	3.145
	<u>(11.379)</u>	<u>3.135</u>

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia recebeu do Banco BTG Pactual S.A. o valor de R\$3.396 referente a indenização pela rescisão do acordo de divisão de estruturas e custos operacionais, firmado entre a Companhia e as geradoras Termelétrica Viana S.A., Linhares Geração S.A. e Povoação Energia S.A. (“geradoras”) em decorrência de reestruturação operacional das geradoras.

18. MEIO AMBIENTE

A Companhia está com foco na obtenção das Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto.

19. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2025 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$1.288 e em 2024 o montante foi de R\$161.

20. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável ou possível a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.

21. SEGUROS

Em dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
D&O	1109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	R\$12.000
Garantia de Fiel Cumprimento	0306920249907751182524000	12/06/2024 a 30/03/2030	R\$170.002

a) Seguro Garantia da ANEEL:

- De acordo com o Edital do Leilão 01/2024 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.
- “A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a data prevista para a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital.”

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2026, a Companhia aprovou o aumento do capital social para R\$ 389.705, mediante a emissão de novas ações ordinárias.

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Balanço Patrimonial - Ativo					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Circulante:						
Caixa e equivalente de caixa	1.078	-	1.078	36	-	36
Títulos e valores mobiliários	45.278	-	45.278	75.487	-	75.487
Despesas antecipadas	202	-	202	44	-	44
Tributos a recuperar	4.695	-	4.695	1.317	-	1.317
Outros ativos circulantes	2.042	-	2.042	1.647	-	1.647
	<u>53.295</u>	<u>-</u>	<u>53.295</u>	<u>78.531</u>	<u>-</u>	<u>78.531</u>
Não circulante:						
Despesas antecipadas	690	-	690	93	-	93
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	622.014	622.014	-	46.628	46.628
Tributos a recuperar	4.139	-	4.139	-	-	-
Tributos diferidos	6.313	(6.313)	-	71	(71)	-
Imobilizado	436.049	(432.261)	3.788	34.145	(32.775)	1.369
Intangível	488	-	488	146	-	146
	<u>447.679</u>	<u>183.440</u>	<u>631.119</u>	<u>34.455</u>	<u>13.781</u>	<u>48.236</u>
Total do ativo	<u>500.974</u>	<u>183.440</u>	<u>684.414</u>	<u>112.986</u>	<u>13.781</u>	<u>126.767</u>
Balanço Patrimonial - Passivo						
	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Circulante:						
Fornecedores	46.130	-	46.130	3.680	-	3.680
Debêntures	299.692	-	299.692	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	889	-	889	822	-	822
Dividendos e juros sobre capital próprio	24.438	-	24.438	2.273	-	2.273
Arrendamento imobiliário	285	-	285	-	-	-
Outros passivos circulantes	6.831	-	6.831	1.744	-	1.744
	<u>378.265</u>	<u>-</u>	<u>378.265</u>	<u>8.519</u>	<u>-</u>	<u>8.519</u>
Não circulante:						
Tributos diferidos	-	58.203	58.203	-	4.639	4.639
	<u>-</u>	<u>58.203</u>	<u>58.203</u>	<u>-</u>	<u>4.639</u>	<u>4.639</u>

Patrimônio líquido						
Capital social	159.913	-	159.913	77.281	-	77.281
Reserva legal	5.624	-	5.624	479	-	479
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	29.027	-	29.027
Reserva especial	2.273	-	2.273	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	80.136	80.136	-	6.822	6.822
Prejuízos acumulados	(45.101)	45.101	-	(2.320)	2.320	-
	<u>122.709</u>	<u>125.237</u>	<u>247.946</u>	<u>104.466</u>	<u>9.142</u>	<u>113.609</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>500.974</u>	<u>183.440</u>	<u>684.414</u>	<u>112.986</u>	<u>13.781</u>	<u>126.767</u>

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações continuadas						
Receita operacional líquida	-	575.386	575.386	-	46.628	46.628
Custos dos serviços prestados	-	(399.485)	(399.485)	-	(32.775)	(32.775)
Lucro bruto	-	<u>175.901</u>	<u>175.901</u>	-	<u>13.853</u>	<u>13.853</u>
Despesas gerais e administrativas	(8.061)	-	(8.061)	(2.315)	-	(2.315)
Resultado operacional	<u>(8.061)</u>	<u>-</u>	<u>(8.061)</u>	<u>(2.315)</u>	<u>-</u>	<u>(2.315)</u>
Receita financeira	22.509	-	22.509	3.145	-	3.145
Despesas financeira	(33.888)	-	(33.888)	(10)	-	(10)
Resultado financeiro	<u>(11.379)</u>	<u>-</u>	<u>(11.379)</u>	<u>3.135</u>	<u>-</u>	<u>3.135</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.440)	175.901	156.461	820	13.853	14.673
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(459)	(1)	(460)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.242	(59.806)	(53.564)	71	(4.710)	(4.639)
Lucro/Prejuízo do exercício	<u>(13.198)</u>	<u>116.095</u>	<u>102.897</u>	<u>432</u>	<u>9.142</u>	<u>9.574</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(13.198)	116.095	102.897	432	9.142	9.574
Ajuste:						
Depreciação do imobilizado	290	-	290	46	-	46
Amortização do intangível	66	-	66	12	-	12
Baixa de bens do ativo imobilizado	5	-	5	-	-	-
Depreciação de arrendamento por direito de uso	249	-	249	-	-	-
Juros e atualização sobre debêntures	29.252	-	29.252	-	-	-
Custo de Captação sobre debêntures	4.559	-	4.559	-	-	-
IR e CS diferidos	6.242	47.323	53.565	388	4.251	4.639
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(23.599)	-	(23.599)	(3.298)	-	(3.298)
Remuneração do ativo de contrato	-	(175.901)	(175.901)	-	(46.628)	(46.628)
	<u>3.866</u>	<u>(12.483)</u>	<u>(8.617)</u>	<u>(2.420)</u>	<u>(33.235)</u>	<u>(35.655)</u>
Variações nos ativos e passivos:						
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	(399.485)	(399.485)	-	-	-
Impostos a recuperar	(7.517)	4.139	(3.378)	(1.317)	-	(1.317)
Despesas antecipadas	(755)	-	(755)	(44)	-	(44)
Tributos diferidos	(6.242)	6.242	-	(71)	71	(0)
Outros créditos	(393)	(4.141)	(4.534)	(1.740)	-	(1.740)
Fornecedores	42.450	-	42.450	3.680	-	3.680
Tributos e contribuições sociais a recolher	1.490	-	1.490	855	388	1.243
Tributos pagos	(1.423)	-	(1.423)	(421)	-	(421)
Outros passivos	<u>5.087</u>	<u>-</u>	<u>5.087</u>	<u>1.744</u>	<u>-</u>	<u>1.744</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>30.322</u>	<u>(399.486)</u>	<u>(369.165)</u>	<u>266</u>	<u>(32.776)</u>	<u>(32.510)</u>

	Demonstração do Fluxo de Caixa					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(402.448)	399.486	(2.962)	(34.191)	32.776	(1.415)
Aquisições de bens do intangível	(409)	-	(409)	(158)	-	(158)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(688.829)	-	(688.829)	(160.461)	-	(160.461)
Resgate em títulos e valores mobiliários	742.635	-	742.635	88.272	-	88.272
Caixa líquido provenientes das atividades de investimento	<u>(349.051)</u>	<u>399.486</u>	<u>50.435</u>	<u>(106.538)</u>	<u>32.776</u>	<u>(73.762)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso	285	-	285	-	-	-
Integralização de capital	53.605	-	53.605	77.281	25.577	102.858
Capital a integralizar	-	-	-	-	(25.577)	(25.577)
AFAC	-	-	-	29.027	-	29.027
Emissão de debêntures	275.000	-	275.000	-	-	-
Custo de captação sobre debêntures	(9.119)	-	(9.119)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>319.771</u>	<u>-</u>	<u>319.771</u>	<u>106.308</u>	<u>-</u>	<u>106.308</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.042</u>	<u>-</u>	<u>1.042</u>	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>36</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36	-	36	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.078	-	1.078	36	-	36

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

(ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 20 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(iv) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (“RAP”) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC nº 116761/O-0